

# Votação do Regimento do Senado será obstruída, à espera de acordo

BRASÍLIA — O Senado não vai votar o seu Regimento Interno na segunda-feira, como estava previsto, pois um grupo de Senadores do PMDB vai obstruir a votação a fim de que as bancadas do partido na Câmara e no Senado cheguem a um acordo sobre o funcionamento das duas Casas do Congresso. A informação é do Primeiro-Secretário do Senado, Jutahy Magalhães (PMDB-BA), para quem uma decisão fora do consenso partidário neste momento seria "muito perigosa para o PMDB".

— Não podemos continuar mostrando discordância quanto ao tipo de funcionamento da Câmara e do Senado, temos é que decidir. Determinar qual a posição majoritária dentro do Partido. Já debatemos demais sobre esta questão e como um partido essencialmente democrático, devemos acreditar no acerto das decisões tomadas pela maioria".

Jutahy Magalhães está conversando com os Senadores do PMDB para convencê-los a esperar que as bancadas das duas Casas cheguem a um acordo. Ele vai entrar em contato com o Presidente do partido, Ulysses Guimarães, para fixar uma data, "a mais breve possível", para reunir os peemedebistas e conhecer a posição da maioria. Jutahy reconhece que a ideia do recesso em branco encontra resistência entre os Senadores, por causa da tese do unicameralismo, mas acredita que a proposta de compatibilização das duas Casas e a Constituinte, como está no substitutivo ao Regimento Interno do Senador Fernando Henrique Cardoso, poderá prevalecer ao final das discussões.

Até o final da semana passada, os Senadores não estavam muito sensibilizados com a forma proposta no Regimento Interno da Constituinte. Na sexta-feira, o Presidente do Sena-

do, Humberto Lucena, encaminhou aos líderes uma proposta em nome da Mesa, que considerava como um ponto de vista comum à bancada do PMDB. Nela estava previsto que no lugar das comissões permanentes, o Senado funcionaria com apenas uma comissão especial, integrada por 24 Senadores — um representante de cada Estado e do Distrito Federal.

Os líderes não aceitaram e elaboraram uma outra proposta que instala todas as comissões, ainda que não funcionem, e prevê sessões plenárias três vezes por semana, com pareceres orais, apenas funcionando em horário distinto da Constituinte.

Na Câmara dos Deputados, a tese da compatibilização defendida por Ulysses Guimarães já começa a ganhar corpo mesmo entre aqueles parlamentares que até há pouco tempo se opunham a qualquer hipótese de funcionamento e defendiam o recesso branco.